

BRVias Holding
VRD S.A.

**Informações intermediárias em
31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo - São Paulo

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), individual e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia") é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individual e consolidada, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 7.388 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia e sua controlada excedeu o ativo circulante em R\$ 153.969 mil e R\$ 816.423 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 77.072 mil e R\$ 491.573 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais ("covenants") em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia e sua controlada depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia e sua controlada estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de covenants financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

São Carlos, 01 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	Passivo	Notas	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.174	653	2.443	3.947	Empréstimos e financiamentos	12	50.164	42.816	256.455	266.704
Aplicações financeiras	6	-	-	23.088	26.556	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	12.200	6.200	12.200	6.200
Contas a receber	7	-	-	9.551	10.559	Debêntures	13	91.981	88.340	523.299	506.916
Despesas pagas antecipadamente		-	-	182	430	Fornecedores	14	-	-	31.003	35.656
Adiantamento a fornecedores		-	-	2.397	255	Fornecedores – risco sacado	14	-	-	774	6.865
Outros créditos		32	38	4.062	3.898	Obrigações tributárias		-	-	1.940	2.468
						Obrigações sociais		-	-	4.728	4.537
Total do ativo circulante		1.206	691	41.723	45.645	Outras contas a pagar		764	749	1.406	38
						Dividendos a pagar	8	66	66	66	66
Não circulante						Provisão para manutenção	15	-	-	26.275	32.293
Realizável a longo prazo											
Depósitos judiciais		-	-	1.719	1.532	Total do passivo circulante		155.175	138.171	858.146	861.743
						Não circulante					
Investimentos	9	251.197	242.102	-	-	Provisão para manutenção	15	-	-	27.719	20.495
Imobilizado	10	-	-	6.614	7.035	Imposto de renda e contribuição social diferido	16	-	-	19.900	20.230
Intangível	11	-	-	953.967	954.175	Provisão para contingências	17	-	-	1.030	1.297
Total do ativo não circulante		251.197	242.102	962.300	962.742						
						Total do passivo não circulante		-	-	48.649	42.022
						Patrimônio líquido	18				
						Capital social		237.470	237.470	237.470	237.470
						Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
						Prejuízos acumulados		(165.703)	(158.309)	(165.703)	(158.309)
						Total do patrimônio líquido		97.228	104.622	97.228	104.622
						Total do passivo		155.175	138.171	906.795	903.765
Total do ativo		252.403	242.793	1.004.023	1.008.387	Total do passivo e patrimônio líquido		252.403	242.793	1.004.023	1.008.387

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receita operacional líquida	19	-	-	46.649	47.712
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(24.207)	(25.509)
Custo de construção	20	-	-	(4.691)	(7.125)
Lucro bruto		-	-	17.751	15.078
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(144)	(4)	(2.165)	(1.840)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(144)	(4)	15.586	13.238
Receita financeira	21	-	3	356	1.175
Despesa financeira	21	(4.989)	(5.235)	(23.659)	(36.301)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(4.989)	(5.232)	(23.303)	(35.126)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(2.255)	(16.322)	-	-
Resultado antes dos impostos		(7.388)	(21.558)	(7.717)	(21.888)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	329	330
Prejuízo do exercício		(7.388)	(21.558)	(7.388)	(21.558)

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo do exercício	(7.388)	(21.558)	(7.388)	(21.558)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>(7.388)</u></u>	<u><u>(21.558)</u></u>	<u><u>(7.388)</u></u>	<u><u>(21.558)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	137.469	-	137.469	25.461	(69.237)	93.693
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.558)</u>	<u>(21.558)</u>
Saldos em 31 de março de 2016	<u>137.469</u>	<u>-</u>	<u>137.469</u>	<u>25.461</u>	<u>(90.795)</u>	<u>72.135</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	237.470			25.461	(158.315)	104.616
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.388)</u>	<u>(7.388)</u>
Saldos em 31 de março de 2017	<u>237.470</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.461</u>	<u>(165.703)</u>	<u>97.228</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(7.388)	(21.558)	(7.388)	(21.558)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	463	200
Amortização	-	-	4.899	4.280
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	-	95
Baixa do intangível	-	-	86	213
Provisão para manutenção	-	-	4.008	3.996
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	(267)	85
Resultado de equivalência patrimonial	2.255	16.322	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	4.989	5.235	17.652	34.930
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(329)	(330)
	(144)	(1)	19.124	21.911
(Aumento) redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	1.008	741
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(248)	-
Outros créditos	-	(4)	(1.753)	789
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	-	-	(4.655)	(4.505)
Obrigações tributárias	-	-	(528)	(441)
Obrigações sociais	-	-	191	324
Contas a pagar	15	3	619	278
Adiantamento de clientes	-	-	-	3.022
Realização de provisão para manutenção	-	-	(2.802)	(1.243)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(10.678)	(36.379)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(129)	(2)	278	(15.503)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(26.627)	(65.584)
Resgate das aplicações	-	-	30.095	82.658
Aumento de capital em controlada	(11.350)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(42)	(89)
Adição do intangível	-	-	(4.777)	(7.126)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	(11.350)	-	(1.351)	9.859
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	-	21.000
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.000	-	6.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000	-	6.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(12.431)	(23.584)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	12.000	-	(431)	(2.584)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	521	(2)	(1.504)	(8.228)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	653	139	3.947	13.362
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	1.174	137	2.443	5.134

As notas explicativas são parte integrante das informações intermediárias.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

1	Contexto operacional	11
2	Relação de entidade controlada	12
3	Apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis	12
4	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	13
5	Caixa e equivalentes de caixa	14
6	Aplicações financeiras - Consolidado	14
7	Contas a receber - Consolidado	15
8	Transações com partes relacionadas	15
9	Investimentos - Controladora	17
10	Imobilizado - Consolidado	17
11	Intangível - consolidado	18
12	Empréstimos e financiamentos	19
13	Debêntures	21
14	Fornecedores- consolidado	24
15	Provisão para manutenção - Contrato de concessão (Consolidado)	25
16	Ativos e passivos fiscais diferidos	25
17	Provisão para contingências - Consolidado	28
18	Patrimônio líquido - controladora	28
19	Receita operacional líquida - Consolidado	29
20	Gastos por natureza	29
21	Resultado financeiro, líquido	30
22	Instrumentos financeiros	30
23	Cobertura de seguros - consolidado	36
24	Benefícios a empregados - Consolidado	36
25	Aspectos ambientais - Consolidado	36
26	Risco regulatório - consolidado	37
27	Compromissos vinculados a contrato de concessão - Consolidado	37
28	Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado	37
29	Outros assuntos	38

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua Iguatemi, 448, 10º andar, sala D, Itaim Bibi - cidade de São Paulo - SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondonConcessionária de Rodovia S.A (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A, passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período de três meses findos em 31 de março de 2017, a Companhia e sua Controlada apresentaram prejuízo de R\$ 7.388 (R\$ 21.558 em 2016) e capital circulante líquido negativo de R\$ 153.969 (R\$ 137.480 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 816.423 (R\$ 816.098 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 77.072 e R\$ 491.573 na controladora e consolidado, respectivamente, de debentures e R\$ 158.879 no consolidado de empréstimos e financiamentos, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de credores. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia e sua Controlada conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, empréstimos e financiamentos e adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2017 os acionistas remeteram adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 6.000 e empréstimos a financiamentos no montante de R\$ 6.000 para fazer frente as obrigações da Companhia, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Controlada. Até a emissão destas informações financeiras a Administração da Companhia e sua Controlada não obtiveram êxito nas negociações de obtenção de *waiver* junto aos seus credores, conforme mencionado nas notas explicativas 12 e 13, a Administração da Companhia e sua controlada já iniciaram as negociações com o BNDES e com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e sua Controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Controlada aumentar suas receitas.

2 Relação de entidade controlada

Segue abaixo a controlada da Companhia:

		Participação acionária %	
	País	31/03/2017	31/12/2016
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua Controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3 Apresentação das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 01 de junho de 2017.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia e sua controlada não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 *Leases* (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia e sua controlada estão avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa	-	-	1	1
Bancos conta movimento	1.174	653	2.282	3.786
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	160	160
	<u>1.174</u>	<u>653</u>	<u>2.443</u>	<u>3.947</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

6 Aplicações financeiras - Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	-	-	23.088	26.556

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas notas explicativas nsº 12 e 13.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 22.

7 Contas a receber - Consolidado

	31/03/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico	8.439	9.129
Visa - vale-pedágio	232	132
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	382	839
DBTrans S/A	146	157
Outros	302	302
	<u>9.551</u>	<u>10.559</u>

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

8 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no período de seis meses findos em 31 de março de 2017 e 2016:

Descrição	31/03/2017	31/03/2016
Diretores estatutários	11	11

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

	Controladora		Consolidado		
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	2.258	2.189
Passivo					
<i>Serviçosprestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	152	152
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	7	88
NoroestecomTelecomunicações S/A.	(ix)	-	-	-	9
Marilia Transporte Ltda.	(iii)	-	-	-	1
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	-	10
Total fornecedores (nota explicativa nº 14)		-	-	159	251
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(viii)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(viii)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mutuos) - (nota explicativa° 12)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	5.516	4.381	5.516	4.381
Comport Participações S.A.	(x)	14.486	14.053	14.486	14.053
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	18.738	18.182	18.738	18.182
Henrique Constatino	(x)	2.356	1.550	2.356	1.550
Joaquim Constantino Neto	(x)	2.356	1.550	2.356	1.550
Constantino de Oliveira Junior	(x)	3.106	1.550	3.106	1.550
Ricardo Constantino	(x)	2.556	1.550	2.556	1.550
Viação São Paulo São Pedro	(x)	50	-	50	-
Empresa Auto Onibus Manoel	(x)	500	-	500	-
Expresso Maringá do Vale S.A	(x)	250	-	250	-
Empresa Princesa do Norte S/A	(x)	250	-	250	-
		50.164	42.816	50.164	42.816
Adiantamento para futuro aumento de capital					
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.		12.200	6.000	12.200	6.000

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do período			
	Nota	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	-	(438)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iv)	-	-	(279)	(282)
BRVias S.A.	(vii)	-	-	(750)	(1.247)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	-	-	(31)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	-	-	(82)
NoroestecomTelecomunicações S/A.	(ix)	-	-	(16)	(20)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	-	-	(1)
Marília Transporte	(iii)	-	-	-	(2)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(38)	(37)
		-	-	(1.083)	(2.138)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		(1.348)	-	(1.348)	

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;

- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado;
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (ix) Outros serviços diversos.
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2017.

9 Investimentos - Controladora

A sua controladora registrou um prejuízo de R\$ 2.225 no período findo em 31 de março de 2017.

A controlada não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Ativo líquido	Receita	Custos e Despesas	Prejuízo
31 de março de 2017	100%	40.517	962.300	1.002.817	702.974	48.649	751.623	251.194	46.649	(49.233)	(2.255)
31 de março de 2016	100%	50.814	937.072	987.886	142.676	627.985	770.661	217.225	47.712	(64.360)	(16.318)

10 Imobilizado - Consolidado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	-	(100)	-	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	22	7	13	-	42
Saldo em 31 de março de 2017	4.257	4.894	1.869	2.002	13.022
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação do exercício	(568)	(538)	(175)	(26)	(1.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.748)	(842)	(94)	(5.945)
Depreciação no período	(152)	(259)	(46)	(6)	(463)
Saldo em 31 de março de 2017	(2.413)	(3.007)	(888)	(100)	(6.408)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.139	1.014	1.908	7.035
Em 31 de março de 2017	1.844	1.887	981	1.902	6.614

11 Intangível - consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros- concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	303	56.561
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	1.175	-	-	3.602	-	4.777
Baixas	(86)	-	-	-	-	-	(86)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>35.120</u>	<u>455.619</u>	<u>8.054</u>	<u>413.597</u>	<u>154.449</u>	<u>3.275</u>	<u>1.070.114</u>
Amortização acumulada							
Saldo em 01 de janeiro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do período	(161)	(2.086)	(37)	(1.893)	(707)	(15)	(4.899)
Saldo em 31 de março de 2017	<u>(9.134)</u>	<u>(34.727)</u>	<u>(1.825)</u>	<u>(57.827)</u>	<u>(11.598)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>(116.147)</u>
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175
Em 31 de março de 2017	25.986	420.892	6.229	355.770	142.851	2.239	953.967

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	<u>13.799</u>
	<u>413.597</u>

- (i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o exercício findo em 31 de março de 2017 o tráfego de veículos equivalentes foi de 9.177 mil (em 31 de março de 2016 foi de 9.729 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

12 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

	Taxa de Juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	-	-	668	710
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	125.918	137.468
Finem-BNDES(ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	63.068	68.852
CCB	5,00%	CDI	2017	-	-	15.117	15.092
	17,09% a						
Leasing	19,68%	-	2017	-	-	1.520	1.766
Mútuo financeiro (nota explicativa nº 8)	11,20%	CDI	2017	50.164	42.816	50.164	42.816
Total (iii)				50.164	42.816	256.455	266.704
Parcela circulante				50.164	42.816	256.455	266.704

(i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

(ii) Em 14 de dezembro de 2011, a sua controlada firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 69.460 será liberado até o ano de 2015, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

O financiamento ainda conta com a Garantia no montante de R\$ 41.923 através de Fiança Bancária, que serão resgatadas quando da apresentação dos contratos de Garantia ao BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes (controlada):

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000, com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%;
- Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;

Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2, e como consequência, em 31 de março de 2017 o montante de R\$ 158.879 (R\$ 163.716 em 31 de dezembro de 2016), foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 -

Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas informações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro. A Administração mantém os pagamentos de acordo com as condições contratuais pré-estabelecidas, inexistindo atraso financeiro.

Em 31 de março de 2017 a Companhia possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de dezembro de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

13 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	91.981	88.340	91.981	86.508
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	431.318	418.576
Total					91.981	88.340	523.299	506.915

(i) Controladora

A Companhia realizou em 15 de junho de 2011, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série, no valor total de R\$ 60.000, cuja integralização ocorreu em 15 de julho de 2011.

Foram emitidas 60.000 debêntures que serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (“IGP-M”) acrescido da taxa percentual de Juros Remuneratórios equivalentes a 12% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Garantias

- 100% das ações preferenciais integrantes do capital social da controlada;
- Cessão fiduciária dos dividendos devidos pela sua controlada;
- Fiança oferecida pela Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.; e
- Contrato de suporte financeiro pela Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e Comporte Participações S.A.

Cláusulas restritivas

- Assunção de quaisquer dívidas sem a anuência dos titulares das Debêntures;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio somente caso não haja nenhum inadimplemento financeiro ou obrigacional da Companhia após verificação do Debenturista;
- Descumprimento pela Companhia ou por sua controlada, de quaisquer obrigações e condições previstas em quaisquer outros contratos dos quais seja parte, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000, não sanado no prazo de 30 dias corridos ou que não estejam sendo contestadas de boa-fé.

Tendo em vista o descumprimento da controlada conforme mencionado na nota explicativa 13 (ii) e 12, em 31 de dezembro de 2016, referente as obrigações e condições previstas no contrato, o montante R\$ 77.072 (R\$ 76.147 em 31 de dezembro de 2016) foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor.

(ii) Controlada

Em 04 de junho de 2012, a sua controlada realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027.

As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. e BRVias Holding VRD S.A., e a partir de 20 de junho de 2013, da BRVias Holding TBR S/A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes (aplicáveis à controlada):

- Manter os seguintes índices financeiros:

Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;

Manter o índice “Dívida Líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;

Manter o índice “Dívida Líquida / Patrimônio Líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2016, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2016, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;

Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual a 20%; e,

Manter o índice “EBITDA/Despesas Financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula

contratual define que seja superior a 1,3; a Companhia atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5; e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, em 31 de março de 2017 o montante de R\$ 414.501 (R\$ 409.738 em 31 de dezembro de 2016), foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. A Administração da Controlada acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às informações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista. A Administração mantém os pagamentos de acordo com as condições contratuais pré-estabelecidas, inexistindo atraso financeiro.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2017 é de R\$ 1.408.

14 Fornecedores- consolidado

	Nota	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores - partes relacionadas	8	159	251
Fornecedores diversos		12.515	16.454
Medições a pagar		2.649	2.698
Retenções (i)		15.680	16.253
Total		31.003	35.656

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

14.1 Fornecedores - risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “*forfait*”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 31 de março de 2017, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

15 Provisão para manutenção - Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2017	31/12/2016
Passivo circulante	26.275	32.293
Passivo não circulante	27.719	20.495
Total	<u>53.994</u>	<u>52.788</u>

Movimentação da provisão para manutenção

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	52.788	40.057
Realização por consumo	(2.802)	(28.075)
Adições	4.008	40.806
Saldo final	<u>53.994</u>	<u>52.788</u>

16 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de março de 2017 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.874	32.669
Provisão para manutenção	18.358	17.948
Outras provisões temporárias	12	1.417
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	(42.008)	(42.799)
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(27.802)	(28.132)
	<u>(29.135)</u>	<u>(29.465)</u>
	<u>(19.900)</u>	<u>(20.230)</u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de Março de 2017	Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>Movimentação no resultado</u>	
			2017	2016
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	32.874	32.669	205	4.687
Provisão para manutenção	18.358	17.948	410	936
Outras provisões temporárias	12	1.417	(1.405)	29
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(42.008)</u>	<u>(42.799)</u>	<u>(791)</u>	<u>(5.652)</u>
	9.235	9.235	-	-
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	<u>(27.802)</u>	<u>(28.132)</u>	<u>330</u>	<u>330</u>
	(29.135)	(29.465)	330	330
	<u>(19.900)</u>	<u>(20.230)</u>	<u>330</u>	<u>330</u>

c. Créditos tributários

Controladora

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/03/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	62.484	40.850

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de março de 2017, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	96.687	65.884

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS

	Controladora	
Descrição	31/03/2017	31/03/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.388)	(21.563)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	2.512	7.331
Equivalência patrimonial	(767)	(5.548)
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.745)	(1.783)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS

	Consolidado	
Descrição	31/03/2017	31/03/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.717)	(21.888)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	2.624	7.444
(+) Adições permanentes	(3)	(115)
(-) Exclusões permanentes	-	386
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(1.745)	(7.435)
(-) Outros	(547)	50
Impostos diferidos	329	-
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	329	(3.223)
Alíquota efetiva	(4%)	6%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

17 Provisão para contingências - Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2017, está provisionado o montante de R\$ 1.297 (R\$ 1.321 em 31 de dezembro de 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	754	543	1.297
Reversão de provisão	(163)	(104)	(267)
Saldo final	591	439	1.030

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.517 em 31 de março de 2017 (R\$ 3.517 em 2016).

Descrição	31/03/2017		31/12/2016	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	1.535	31	1.535
Trabalhistas	38	1.982	38	1.982
Total	69	3.517	69	3.517

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota explicativa nº 23), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 23) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

18 Patrimônio líquido - controladora

Capital social

Em 03 de outubro de 2012, o sócio Comporte Participações S.A. que detinha da Viarondon um montante de R\$56.062 este representado por 56.061.700 de ações, representado por 28.030.850 ações ordinárias e 28.030.850 ações preferenciais, transferiu o total de ações detidas ao Fundo de Investimento em Participações Volluto.

Em 31 de março de 2017 o capital social da Companhia, totalmente integralizado, era de R\$ 237.470, e está representado por 249.869.536 de ações (137.469.536 ações em 2016), sendo 124.934.768 de ações ordinárias (68.734.768 ações ordinárias em 2016) e 124.934.768 de ações preferenciais (68.734.768 ações ordinárias em 2016).

A composição acionária em 31 de março de 2017, é apresentada abaixo:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	125.184.638	50,1
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	<u>124.684.898</u>	<u>49,9</u>
	<u>249.869.536</u>	<u>100,0</u>

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos contábeis - CPCs em 2010.

19 Receita operacional líquida - Consolidado

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2017	31/03/2016
Receita de pedágios	45.606	44.158
Receita de construção	4.691	7.125
Receitas acessórias	85	83
Outras receitas	8	7
Tributos incidentes	<u>(3.741)</u>	<u>(3.661)</u>
Total	<u>46.649</u>	<u>47.712</u>

20 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Serviços de terceiros	(139)	-	(7.133)	(9.275)
Custo com pessoal	-	(4)	(5.568)	(5.629)
Amortização e depreciação	-	-	(5.363)	(4.606)
Provisão para manutenção	-	-	(4.008)	(3.996)
Custo de contrato concessão	-	-	(2.961)	(2.610)
Outros	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(1.242)</u>
Total	(144)	(4)	(26.372)	(27.358)
Custo dos serviços prestados	-	-	(24.207)	(25.509)
Despesas administrativas e gerais (i)	(144)	(4)	(2.165)	(1.849)
Custo de construção	-	-	(4.691)	(7.125)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

21 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016 foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Rendimento de aplicações financeiras	-	3	356	1.175
Total receitas financeiras	-	3	356	1.175
Juros sobre financiamentos	(4.989)	(5.235)	(22.878)	(36.301)
Outros	-	-	(781)	-
Total despesas financeiras	(4.989)	(5.235)	(23.659)	(36.301)
Resultado financeiro líquido	(4.989)	(5.232)	(23.303)	(35.126)

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2017	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1.174	-	1.174	1.174	-	-	1.174
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	50.164	50.164	-	50.164	-	50.164
Debêntures	13	-	-	91.981	91.981	-	91.981	-	91.981
Dividendos e contas a pagar		-	-	830	830	-	-	-	-
		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	653	-	653	653	-	-	653
Dividendos a receber e outros créditos		-	38	-	38	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	42.816	42.816	-	42.816	-	42.816
Debêntures	13	-	-	88.339	88.339	-	88.339	-	88.339
Dividendos e contas a pagar		-	-	815	815	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de março de 2017	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.443	-	2.443	-	2.443	-	2.443
Aplicação financeira	6	23.088	-	-	23.088	-	23.088	-	23.088
Contas a receber de clientes	7	-	9.551	-	9.551	-	-	-	-
Outros créditos		-	6.641	-	6.641	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	256.455	256.455	-	256.455	-	256.455
Debêntures	13	-	-	523.299	523.299	-	523.299	-	523.299
Fornecedores	14	-	-	31.777	31.777	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.472	1.472	-	-	-	-

		Valor contábil			Valor justo				
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2016	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	3.947	-	3.947	-	3.947	-	3.947
Aplicação financeira	6	26.556	-	-	26.556	-	26.556	-	26.556
Contas a receber de clientes	7	-	10.559	-	10.559	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.583	-	4.583	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	260.505	260.505	-	260.505	-	260.505
Debêntures	13	-	-	506.915	506.915	-	506.915	-	506.915
Fornecedores	14	-	-	42.521	42.521	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	104	104	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida - consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/03/2017	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	256.455	298.826	41.124	42.069	215.633
Debêntures (*)	523.299	817.682	-	56.621	761.060
Fornecedores e contas a pagar	31.777	31.777	31.777	-	-
Dividendos e contas a pagar	1.472	1.472	1.472	-	-
	<u>813.003</u>	<u>1.149.757</u>	<u>74.373</u>	<u>98.690</u>	<u>976.693</u>

Em 31/12/2016	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	266.704	321.716	57.816	48.267	215.633
Debêntures (*)	506.916	776.036	18.266	76.168	681.602
Fornecedores	42.521	42.521	42.521	-	-
Dividendos e contas a pagar	104	104	104	-	-
	<u>816.245</u>	<u>1.140.377</u>	<u>118.707</u>	<u>124.435</u>	<u>897.235</u>

(*) o cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme notas explicativas 12 e 13.

(iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário, TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

	Valor contábil	
	31/03/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Empréstimos e financiamentos	710	2.476

	Risco	Valor contábil	
		31/03/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	50.164	42.816
Empréstimos e financiamentos	TJLP	125.918	137.468
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	63.068	68.852
Debêntures - Controlada	IPCA	431.318	418.576
Debêntures - Controladora	IGP-M	91.981	88.340

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no BACEN - Banco Central - Relatório FOCUS, CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FGV - Fundação Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 2016..

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	125.918	Aumento TJLP	7,50%	(9.444)	9,38%	(11.805)	11,25%	(14.166)
Empréstimos e financiamentos	63.068	Aumento UM-IPCA	1,84%	(1.161)	2,30%	(1.449)	2,76%	(1.741)
Capital de giro	15.117	Aumento CDI	14,25%	(2.154)	17,81%	(2.693)	21,38%	(3.231)
Empréstimos e financiamentos	50.164	Aumento CDI	14,25%	(7.148)	17,81%	(8.935)	21,38%	(10.723)
Debêntures - controladora	91.981	IGP-M	7,17%	(6.595)	8,96%	(8.241)	10,76%	(9.897)
Debêntures - controlada	431.318	Aumento IPCA	9,32%	(40.199)	11,65%	(50.249)	13,98%	(60.284)
Total dos passivos financeiros	777.566	***	***	(66.701)	***	(83.372)	***	(100.043)
Impacto no resultado do período apresentado						(16.671)		(33.342)

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários (*)					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	125.918	Redução TJLP	7,50%	9.444	5,63%	7.083	3,75%	4.722
Empréstimos e financiamentos	63.068	Redução UM-IPCA	1,84%	1.167	1,38%	870	0,92%	580
Capital de giro	15.117	Redução CDI	14,25%	2.154	10,69%	1.616	7,13%	1.078
Empréstimos e financiamentos	50.164	Redução CDI	14,25%	7.148	10,69%	5.363	7,13%	3.577
Debêntures - controladora	91.981	Redução IGP-M	7,17%	6.595	5,38%	4.949	3,59%	3.289
Debêntures - controlada	431.318	Redução IPCA	9,32%	40.199	6,99%	30.149	4,66%	20.086
Total dos passivos financeiros	777.566	***	***	66.701	***	50.029	***	33.358
Impacto no resultado do período apresentado						(16.671)		(33.342)

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de março de 2017.

(iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico - financeiro.

(v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

23 Cobertura de seguros - consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2016 a Mai/2017	79.679
Garantia ampliação	Mai/2016 a Mai/2017	119.145
Operacionais	Mai/2016 a Mai/2017	24.860
Responsabilidade Civil	Mai/2016 a Mai/2017	33.300
Engenharia	Mai/2016 a Mai/2017	25.968
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2016 a Mai/2017	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais)

24 Benefícios a empregados - Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

25 Aspectos ambientais - Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

26 Risco regulatório - consolidado

A controlada desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico - financeiro da sua controlada. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A controlada, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a sua controlada encontra-se coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 28.

A controlada, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a controlada realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

27 Compromissos vinculados a contrato de concessão - Consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controladora assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de março de 2017 totaliza R\$ 842.902, valor nominal.

28 Demonstrações de fluxo de caixa - consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o período findos em 31 de março de 2017 a Controladora adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 4.777, dos quais R\$ 437 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

29 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da controlada o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela controlada disponibilizadas todas informações solicitadas.

A controlada contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à controlada com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia nunca figurou como parte investigada em qualquer procedimento. Caso haja algum desdobramento futuro que impacte a Companhia, nesse momento não se é possível estimar quaisquer efeitos que esses teriam sobre as nossas demonstrações financeiras. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França -Diretora
Ricardo de Souza Adenes -Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino.

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0